

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.983 - RS (2019/0002582-4)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : ORLY REBELO SOUZA
ADVOGADO : CAROLINE MARQUES BARATZ - RS062425
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - MG056526

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo do ORLY REBELO SOUZA contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que concluiu pela suspensão do cumprimento provisório de sentença proferida na Ação Civil Pública 94.008514-1.

O acórdão recorrido foi assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. ACP Nº 94.008514-1. BANCO DO BRASIL. SOBRESTAMENTO. RECLAMAÇÃO 34.679/RS.

1. Este Tribunal havia firmado entendimento no sentido de que a suspensão determinada nos Embargos de Divergência no RESP nº 1.319.232-DF limitava-se à aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, de modo que nada impedia o prosseguimento parcial do cumprimento provisório, determinando-se o sobrestamento apenas com relação ao montante que excedia os índices determinados no art. 5º da Lei nº 11.960/2009.

2. Todavia, em decisão proferida nos autos da Reclamação nº 34.679/RS, o Ministro Francisco Falcão concedeu a tutela de urgência, em caráter liminar, para determinar a suspensão dos efeitos de acórdãos proferido por este Tribunal versando sobre a mesma questão. Logo, por ora, a melhor solução é determinar a suspensão do feito até o julgamento final do REsp 1.319.232/DF.

A parte recorrente sustenta que há dissídio jurisprudencial no tocante à suspensão. Alega que essa suspensão determinada nos autos deve ficar limitada à matéria objeto do recurso pendente, que trata unicamente dos critérios de correção monetária e juros.

É o relatório.

DECIDO.

2. A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, a Quarta Turma deste Superior Tribunal, ao apreciar o Recurso Especial n. 1.732.132/RS na sessão de 17 de maio de 2018, concluiu pela impossibilidade do cumprimento provisório da sentença proferida na Ação Civil Pública 94.008514-1, ante a concessão de efeito suspensivo conferido nos EREsp n. 1.319.232/DF para que a execução individual da sentença proferida na ação civil fosse obstada, tendo em vista que o objeto dos embargos de divergência consiste na definição do índice de correção monetária a ser fixado para determinação do *quantum* a ser

executado.

O julgado está sintetizado nos termos da seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA. DECISÃO QUE CONFERE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ORIGINALMENTE DESPROVIDO DE TAL EFEITO. EXTENSÃO. EXECUÇÕES PROVISÓRIAS INDIVIDUAIS INICIADAS. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO ATÉ O JULGAMENTO DO RECURSO PARA O QUAL DEFERIU-SE EFEITO SUSPENSIVO.

1. Não há falar em ofensa aos arts. 1022 e 1025 do CPC/2015, se a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. O efeito suspensivo de um recurso é aquele capaz de obstar a imediata eficácia da decisão por ele impugnada, identificando-se, o prolongamento do estado de ineficácia da sentença, que se confirma sempre que, de fato, interposto o recurso dotado daquele efeito.

3. A extensão objetiva do efeito suspensivo calha exatamente com a extensão conferida ao efeito devolutivo, haja vista a plena possibilidade de o recorrente não ter interesse em rediscutir todos os pontos da decisão judicial questionada. Isto, porque, as decisões judiciais são complexas, dotadas de provimentos formados por partes autônomas, que se apresentam segmentados em capítulos, aptos a serem atacados individualmente

4. Ação civil pública, cuja sentença de procedência, confirmada pela egrégia Terceira Turma do STJ (REsp n. 1.319.232/DF), originou a execução individual provisória, que se pretende, por meio deste recurso especial, seja mantida suspensa, na forma em que decidido em tutela provisória (TutProv no EREsp n. 1.319.232/DF).

5. Tutela provisória com pedido de efeito suspensivo, para que a execução individual da sentença proferida na ação civil fosse obstada, tendo em vista que o objeto dos embargos de divergência consiste na definição do índice de correção monetária a ser fixado para determinação do *quantum* a ser executado.

6. Necessidade evidente de suspensão da execução, por inexistência de definição dos índices de correção e juros que deverão compor o valor a ser executado.

7. Recurso especial provido para determinar a suspensão da execução provisória em curso, até o julgamento dos embargos de divergência (EREsp n. 1.319.232/DF).

(REsp 1.732.132/RS, rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 17/5/2018)

Desse modo, por estar em harmonia com o entendimento desta Corte Superior, o aresto recorrido não merece reparos.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

